

Prezado Cristiano Romero,

Na qualidade de representantes dos servidores da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Banco Central do Brasil (BCB), trazemos alguns contrapontos ao artigo “Estabilidade não evitou corrupção no Estado”, publicado em sua coluna no dia 9 do corrente mês.

Coincidindo com o envio de uma proposta de reforma administrativa ao Congresso que precariza as relações de trabalho no serviço público, extingue a estabilidade para a maioria dos novos servidores, relativiza a exigência de concurso e confere ao chefe do Executivo o poder de acabar com órgãos e cargos discricionariamente, o artigo incorre em falso silogismo para chamar de modernização o retrocesso.

Sua lógica parece resumir-se ao seguinte: i) a corrupção é marca do Estado brasileiro; ii) mesmo em órgãos de excelência, e mesmo com estabilidade, servidores públicos não denunciam ou evitam a corrupção; logo, iii) “a cultura patrimonialista...é tão arraigada que servidores públicos agem como se fossem donos do Estado”, e isso precisa mudar, com o fim da estabilidade e a predominância da meritocracia. Contudo, nem as premissas, muito menos a conclusão, se sustentam.

Primeiro, gostaríamos de lembrar que a corrupção é marca não apenas de políticos desonestos que desvirtuam instituições públicas, mas de agentes privados ativos num país caracterizado por uma das maiores concentrações de riqueza e de poder econômico do mundo. Segundo, destacamos que é falsa a premissa de que a estabilidade deve evitar todos os casos de corrupção, afinal se algo não é 100% eficaz, não significa que seja 100% ineficaz. A própria visibilidade da questão no Brasil se relaciona à democracia, à imprensa investigativa, à disputa política, mas também à independência política dos servidores do controle interno e externo, da transparência, das forças-tarefas da Polícia Federal com membros do Ministério Público, etc. Finalmente, a estabilidade não torna servidores cúmplices do clientelismo, ao revés, permite, em inúmeros casos, a defesa do interesse público contra interesses particulares ou contra o arbítrio do poder político, como demonstram as experiências recentes de resistência e denúncia ao assédio institucional no IBAMA, nas universidades públicas, no INPE no episódio da divulgação dos dados do desmatamento, no IBGE, na reação às agressões verbais do Ministro da Economia ao próprio serviço público, etc.

O texto, ademais, é impreciso factualmente ao sustentar que “a estabilidade no emprego não fez com que funcionários do Tesouro Nacional, do Banco Central, do Banco do Brasil e da Caixa denunciasses a manobra feita nas contas públicas com objetivos político-eleitorais” em 2013 e 2014. A “manobra” foram os atrasos em repasses da União aos programas sociais operacionalizados por bancos públicos, apelidados de pedaladas fiscais.

Recorde-se, no entanto, que tais expedientes não eram incontroversos, e foi apenas em 2015, com a conclusão de auditoria do Tribunal de Contas da União, que o entendimento técnico em torno da questão se consolidou. Mesmo assim, desde o começo de 2013, técnicos do Tesouro Nacional, com estabilidade funcional, avisaram ao governo dos riscos da postergação dos repasses para a credibilidade da política fiscal e para as contas públicas. Frisou-se que, como na meta de inflação perseguida pelo Banco Central, o descumprimento de metas fiscais leva à perda de reputação da política econômica.

Nos causou estranheza, ainda, o fato do artigo não mencionar essas questões, tendo em vista a reportagem sobre o assunto, publicada no próprio Valor Econômico, em 11 de dezembro de 2015, com grande repercussão, inclusive, no Jornal Nacional da TV Globo.

Enfatizamos, por fim, que atacar a estabilidade do servidor com silogismos, imprecisões narrativas e, como na proposta do governo, fragilizá-la, em meio ao recrutamento sem concurso e à extinção de órgãos pelo político de plantão, não moderniza a Administração, mas precariza a gestão de recursos humanos no setor público, flertando com a desorganização gerencial e, aí sim, com novas modalidades de patrimonialismo.

Nos colocamos à disposição para tratar do tema com mais profundidade e, assim, colaborar com debate público sobre essa questão que tem grande relevância para toda a sociedade brasileira.

Brasília, 11 de setembro de 2020

Bráulio Santiago Cerqueira
Secretário-executivo do Sindicato
Nacional dos Auditores e Técnicos Federais
de Finanças e Controle - Unacon Sindical

Paulo Lino Gonçalves
Presidente do Sindicato
Nacional dos Funcionários
do Banco Central - Sinal